

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Ferrão, António (Lisboa, 1884-Lisboa, 1961)

Historiador erudito e académico português da primeira metade do século XX, de António Ferrão pouco se sabe sobre a infância, juventude e personalidade. Breves notas permitem-nos, no final da vida, saber que se qualificava como agnóstico – “a nós, agnósticos por compleição espiritual” – e que dele disse António Cabreira, na Academia das Ciências de Lisboa, que “é um antigo, intemerato e íntegro republicano” (António Ferrão, *O Prof. Joaquim de Carvalho...*, 1960, pp. 13 e 29). Secretariou o Congresso Maçónico de 1924, pelo que é de presumir que fosse membro de uma loja da Maçonaria. Nesse mesmo ano morre Teófilo Braga, a quem Ferrão chama “saudoso Mestre” e de quem se reclama aluno e discípulo. Afirmou-se, inclusive, encarregue de lhe prefaciá-la a correspondência de maior interesse científico, político, moral e social (Idem, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal...*, 1935, pp. 4 e 5).

Tão cedo quanto 1907, surgem opúsculos seus, dedicados ao regime parlamentar e ao sindicalismo de vários países, com o título *Pequena Biblioteca Democrática. Fundador Heliodoro Salgado, sob a direcção de António Ferrão (2ª série)*. Profere várias conferências e cursos proferidos no âmbito da Universidade Livre, em 1912-1922, sobre história das religiões, política e diplomática de 1815 a 1915 e o centenário do Brasil, por exemplo. Publicadas como separatas dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal* demonstram que alguns dos seus trabalhos mais extensos resultaram de alocuções proferidas no seio dessas instituições (*Dicionário Bibliográfico Português...*, t. XXII, 1923, pp. 266-269 e 535-536).

António Ferrão produziu uma bibliografia rica e variada, que no *Curriculum Vitae* impresso em 1933 (quando se aproximava dos cinquenta anos de idade) sumariou como dedicadas à história, arquivística, bibliografia, bibliotécnica, crítica das fontes e dos factos históricos, teoria e metodologia genética das fontes e história documental. Por listar ficavam trabalhos de natureza administrativa, colaborações com revistas e jornais como *O Século*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*, comunicações científicas, conferências e cursos públicos em geral.

O seu percurso escolar é exemplar: curso completo dos liceus; curso geral e diplomático como aluno ordinário do Curso Superior de Letras; curso de magistério secundário, que o preparava para professor dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

liceus do grupo de Geografia, História e Filosofia; bacharelato em ciências históricas e aprovação por concurso público para o ensino da história na Faculdade de Letras de Lisboa.

Era então (1933) sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo desempenhado as funções de vice-presidente de várias secções (Arte, Literatura, História e Geografia). É sucessivamente sócio correspondente (1921), efectivo (1925) e de mérito (1953) da Academia das Ciências de Lisboa; nela exerce as funções de inspector da biblioteca, criador do museu histórico e director da colecção documental *Corpo Diplomático Português*, começado a publicar em 1862 por Rebelo da Silva, numa segunda edição (a anterior ocorrera em 1846). Foi, por fim, sócio fundador da Academia das Ciências de Portugal e sócio correspondente estrangeiro da Sociedade de Geografia de Madrid e da Academia de História da mesma capital (1924-1925).

Em termos de carreira na administração pública, António Ferrão parece ter ingressado e rapidamente ascendido nela aquando da implantação da República, em 1910. Assim, foi chefe de repartição e chefe de serviço da direcção-geral da instrução secundária, superior e artística e do ministério da Instrução Pública; trabalhou nas reformas pedagógicas do governo provisório, contribuindo para que Portugal aderisse à convenção de Berna de defesa da propriedade literária, científica e artística (1911); e desempenhou os cargos de secretário geral e director da Liga Nacional de Instrução (a funcionar na Sociedade de Geografia). Os diferentes governos encarregaram-no de seleccionar materiais do arquivo histórico do ministério da Justiça para serem remetidos para a inspecção das bibliotecas e arquivos em 1920 e, três anos depois, de investigar e promover a catalogação do espólio desta última (já então inspecção das bibliotecas eruditas e arquivos). Em 1929 era feito sub-inspector da dita inspecção.

O mesmo sucedeu em termos intelectuais: em 1915 é encarregue de publicar um trabalho em seis volumes sobre a vida e obra governativa do marquês de Pombal, do qual apenas saíram imediatamente dois, por ausência de dotação orçamental; em 1914, 1919, 1926 e 1927 esteve no estrangeiro em comissões de serviço de estudo da organização dos serviços das belas-artes e dos arquivos e bibliotecas de diferentes países (Espanha, França, Bélgica, Suíça, Itália, Alemanha e Holanda). Aproveitou para estudar, extractar e apontar cotas de obras que interessassem à cultura e história portuguesas, no seguimento de uma tradição, já proveniente do século XVIII, tanto em comissões de serviço de diplomatas, como de sócios da Academia das Ciências de Lisboa. Representou a Liga Nacional de Instrução em diversos eventos nacionais, de 1912 a 1922 e o país em encontros internacionais, especializados ou comemorativos de centenários em Espanha, Suíça, Alemanha, Bélgica e França, entre 1924 e 1927. Não é de surpreender que já na década de 1930 fosse, sucessivamente, nomeado subdirector, director efectivo, regente e professor de uma cadeira do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista.

Naturalmente, toda esta constante actividade administrativa, investigatória e pedagógica produziu frutos bibliográficos. Alinhado com as preocupações cívicas e científicas da I República, António



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ferrão ocupa-se de Pombal (1915, 1917, 1923 e 1932), de Gomes Freire de Andrade (1917; 2ª ed. 1918; 1920, este relacionando-o com as *virtudes da Raça Portuguesa*); da reforma dos estudos menores (1915) e da Universidade de Coimbra (1926), bem como da censura literária setecentista (1927); de uma plêiade de pensadores e eruditos portugueses (Maria Amália Vaz de Carvalho, 1923; António Cândido, 1924; Teófilo Braga, 1935); da Academia das Ciências e de heróis como Magalhães e Camões (1921 e 1930). Elabora estudos vários sobre arquivos, bibliotecas e preparação de pessoal especializado. Também a edição de relatos diplomáticos e a cultura popular o interessavam e sobre eles escrevia, numa lógica coerente de divulgador, pedagogo e homem preocupado com o progresso da educação das massas e da ciência nacional. Pouco se sabe sobre o seu percurso nas décadas de 1940 a 1960; apenas que em 1953 ascende, como se viu, a sócio de mérito da Academia das Ciências de Lisboa. É possível que este aparente declínio da sua actividade decorresse de fricções com o regime do Estado Novo.

No final de vida, em 1960, publicou uma separata intitulada *O Prof. Joaquim de Carvalho e a sua Época*, com um subtítulo elucidativo: *desde as reformas de ensino universitário do governo provisório, em 1911*. Nela reproduz os títulos de boa parte da bibliografia produzida desde 1933 em diante – sobre Gama Barros (1935) e vários estudos biográficos ou bibliográficos comparados, como Teófilo Braga e Joaquim de Araújo (1934), Ribeiro Sanches e Soares de Barros (1936), Camilo e Silva Pinto (1936), com diminuição de novos títulos na década de 40 e depois de 1951. Sobretudo discorre sobre o que considera serem os fracassos das várias reformas pedagógicas do último meio século. Ferrão não consegue desligar-se por completo das suas próprias reflexões políticas sobre o período de transição de 1911-1912 e do papel desempenhado nas reformas pedagógicas que então defendia – e que via frustradas nas sebatas e na impreparação de alguns professores universitários, a quem compara a fonógrafos. E das suas meditações preferidas sobre filósofos e correntes filosóficas, recuando a “1905-1907, ao período dos nossos estudos de filosofia superior”. Segundo António Ferrão, não só as reformas de 1901 e 1902 do Curso Superior de Letras não satisfaziam as aspirações de Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Silva Cordeiro, como a reivindicação de um curso de medicina em Lisboa, por parte de docentes da Escola Politécnica e de reformas no ensino do direito e medicina, em Coimbra, eram quantitativa e qualitativamente assinaláveis. E esquecendo-se de Joaquim de Carvalho, Ferrão refere, de passagem, a impreparação para governar de António José de Almeida – com quem colaborara, durante a monarquia, em a *Alma Nacional* – e como a reforma universitária de 1918 de Sidónio, também seu correligionário, pouco diferia da de 1911, afirmando que no caso desta, “Nada do que então se fez resultou do acaso, da improvisação, do amadorismo” (António Ferrão, *O Prof. Joaquim de Carvalho e a sua Época*, 1960, pp. 17 e n. 2 e 18, n. 1). Mais adiante falará do ministro Leonardo Coimbra e dos famigerados decretos 5491 e 5770, a propósito da Universidade de Coimbra (1919), bem como do texto *A minha resposta* de Joaquim de Carvalho (já então licenciado e doutorado), não se coibindo Ferrão de cobrir de impropérios Leonardo Coimbra e as críticas dirigidas a Joaquim de Carvalho. Em jeito de súplica e de catilinária, A. Ferrão vai lembrando como conhecia Leonardo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coimbra, José Relvas, Mendes dos Remédios, o “então jovem assistente Doutor Gonçalves Cerejeira” (Idem, *Op. Cit.*, pp. 24-28). Abarca ainda a extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra (em 1934), a cargo de Joaquim de Carvalho e o seu multifacetado percurso de pedagogo e intelectual, terminando com a sua visita ao Brasil em 1953. Finaliza o texto com a promessa (nunca concretizada) de publicação de uma obra cujo teor já perpassava pelo elogio da figura analisada: *Recordando... Memórias (Subsídios para a história e cultura portuguesa. 1910-1960)*.

E este é, infelizmente, o mote para a grande maioria dos textos de António Ferrão, textos de uma erudição e de uma perambulação constantes, onde o tema em questão é frequentemente perdido e retomado, como acontece com *Gama Barros e a sua obra*, um exemplo da “nossa pequena galeria de *Portugueses ilustres*, onde figuram Camões, o 1º Marquês de Pombal, D. Maria Vaz de Carvalho, António Cândido, Gomes Freire de Andrade e o tenente-coronel Almeida Gorgel, formada, não sistematicamente, mas segundo o acaso das circunstâncias” (Idem, *Gama Barros...*, 1935, p. 3). Não é por acaso que o labor de Gama Barros surge ao fim de nove páginas sobre Hegel e, sobretudo, Ranke. E que apenas a segunda parte da obra seja dedicada ao estudo do percurso biográfico e intelectual do visado (“é, depois de Herculano (...) o nosso primeiro, e o nosso maior historiador contemporâneo”, Idem, *Op. Cit.*, p. 23), com menção da passagem pela Academia das Ciências de Lisboa e apêndice documental referente aos pareceres de admissão. O que não retira ao texto valor de informação biográfica e profissional sobre Gama Barros.

O mesmo sucede, por exemplo, em *A Academia das Ciências de Lisboa e o Movimento Filosófico, Científico e Económico da Segunda Metade do Século XVIII*, de 1923, obra na qual A. Ferrão fala primeiro em tal movimento e depois discorre sobre os primeiros tempos da Academia, numa prosa hoje ultrapassada, pouco original, própria de um discurso académico proferido dois anos antes. Uma das ideias mais relevantes é a do papel precursor da Academia no Vintismo, “Revolução [que] não foi mais que a consequência lógica da lenta evolução de 40 anos de trabalhos” académicos (Idem, *A Academia...*, 1923, p. 44). Em volume de 1935, reproduzindo discurso académico por ocasião da morte de Teófilo Braga, em 1924, Ferrão insere mais de sessenta cartas de Júlio de Matos para Teófilo, datadas de 1878 a 1882, período durante o qual ambos partilharam, formalmente, a direcção de *O Positivismo*, publicação anual com quatro números, cujas vicissitudes são comentadas por Ferrão e analisadas por Júlio de Matos (Idem, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal...*, 1935, pp. 31-107).

Domingos Maurício considera que Ferrão se dedicou à pedagogia e à teoria da história, “mas sem grande êxito” (*VELBEC*, 8º vol, 1969, p. 625). No caso da primeira matéria, tal balanço estará por fazer, até por vicissitudes pessoais terem impedido que o visado exercesse a função de professor na Faculdade de Letras de Lisboa, apesar de para tal estar habilitado por concurso público e de ter sido convidado para leccionar, segundo afirma, em instituições similares de França e Suíça (António Ferrão, *Curriculum Vitae*, 1935, p. 5, n. 2). Indirectamente, A. Ferrão considerava que o papel cívico e moral das academias,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sobretudo no período posterior à Primeira Guerra Mundial, era decisivo, como pronunciou em *As Causas «Ideais» da Conflagração e a Função Pedagógica das Academias Científicas após a Guerra*, de 1918, em que invoca a figura de Teófilo Braga enquanto presidente da Academia das Ciências de Portugal. Mas como palestrante, funcionário do ministério da Instrução Pública e teorizador sobre a importância das universidades, academias, cinema e teatro para a educação popular, parece ter desenvolvido um esforço constante para procurar as causas profundas das guerras entre os povos e reorientar as energias de elites e massas para fins mais pacíficos e civilizadores (*Dicionário Bibliográfico Português...*, t. XXII, 1923, pp. 266-269 e 535-536).

No caso da arquivística, António Ferrão chamou (ou voltou a chamar) a atenção da importância dos documentos inéditos e provenientes da diplomacia como fontes históricas, bem como dos documentos portugueses e referentes a Portugal, por explorar ou inventariar nos arquivos e bibliotecas estrangeiros, tal como antes dele vários membros da Academia das Ciências de Lisboa haviam feito. Correia da Serra em Itália, Ferreira Gordo em Madrid (durante a célebre comissão de sócios de 1788-1794), o visconde de Santarém no Rio de Janeiro, em Londres e Paris entre 1809 e meados do século XIX, marcam períodos em que já existia clara valorização e procura sistematizante de tal tipo de fontes. Em obras de 1916, 1917 e 1922, Ferrão relaciona essas temáticas com o que considera serem a teoria da história e os progressos da historiografia científica, sempre com base em catálogos impressos de manuscritos de instituições europeias (as que ia visitando) e nas colecções documentais de vários países, entre eles Portugal. Sumariza também “A fase actual da metodologia histórica”, embora note que as ideias de que fala não são suas, o que retira originalidade e interesse a este aspecto da questão (*Os Arquivos de História de Portugal no Estrangeiro*, 1916; *Da importância dos documentos diplomáticos em História*, 1917; *A Teoria da História e os Progressos da Historiografia Científica*, 1922, pp. 347 e ss.). Tais considerações valeram-lhe a atenção e o elogio por parte do famoso lusitanista Georges Le Gentil, que destaca as filiações historiográficas de A. Ferrão em Fueter e na *Revue de Synthèse Historique*, com uma metodologia sobretudo centrada na síntese antes da análise histórica propriamente dita e no direito de fazer preceder esta “da interpretação política, social, económica, científica, religiosa e moral dos factos”. Designa-o mesmo, em 1927, como “um dos mestres da ciência portuguesa” (Georges Le Gentil, “Bibliographie”, *Bulletin Hispanique*, vol. XXIX, nº 2, Abril-Junho de 1927, pp. 228-229).

Mas o principal destaque dado por Gentil a António Ferrão sucedeu em 1920, quando, a propósito do tema geral “O movimento intelectual em Portugal”, dedica 7 páginas completas à “nova orientação dos estudos históricos dada por Fidelino de Figueiredo” e 6 a “Ferrão e a história diplomática”. Neste último, o lusitanista invoca tempos em que os historiadores portugueses não dispunham do auxílio de arquivistas profissionais e afirma como a inexistência de catálogos completos de manuscritos (impressos, em publicação ou sem índices), ainda então, dificultava o seu labor. Refere a excepção da Academia das Ciências de Lisboa e do *Arquivo Histórico* de Anselmo Braancamp Freire e António Baião no combate a tais



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ausências. Curiosamente, Le Gentil afirma Heinrich Schaefer, autor de uma *Geschichte von Portugal*, como discípulo de Ranke e que A. Ferrão completou, em 1914, o labor da Notícia dos manuscritos... do visconde de Santarém (de 1827). Numa Europa ainda muito marcada pela guerra, Georges Le Gentil valoriza, por fim, o apelo de Ferrão à educação das massas como forma de combater um regresso aos desastrosos nacionalismos e imperialismos que haviam devastado o Velho Continente (Idem, “Le mouvement intellectuel en Portugal”, *Bulletin Hispanique*, vol. XXII, nº 1, Janeiro-Março de 1920, pp. 108-110).

O resultado prático de tais teorizações, próprias ou alheias, é obtido em livros de análise puramente histórica, alguns deles já aqui elencados. No primeiro e único volume de *Reinado de D. Miguel*, com mais de setecentas páginas, dedicado ao cerco do Porto e publicado em 1940, enquanto vogal da Comissão de História Militar, António Ferrão é bastante descritivo na sua interpretação dos factos e, dado seu posicionamento republicano, liberal e positivista, acaba por prosseguir uma tradição já antiga de críticas ao visconde de Santarém e à sua atitude para com a questão Roussin, naval e diplomática, dirigindo-lhe críticas e insultos ferozes, que resultam sobretudo de uma visão de que os *ventos da história* seriam, já em 1831, tão evidentes para todos, que só a obstinação e a tolice poderiam explicar determinadas convicções e atitudes políticas (pp. 20 e ss). Não deixa, porém, o autor de procurar fazer um balanço geral do regime de D. Miguel, em termos culturais e académicos, que ainda hoje continua por fazer (pp. 157-159).

Em conclusão, António Ferrão foi uma importante figura das letras e da divulgação e teorização históricas das décadas de 1910 a 1940, discípulo assumido de Teófilo Braga, republicano, agnóstico e positivista, que viu na ciência histórica e na pedagogia académica e popular meios de curar a crise moral e civilizacional acentuadas pela Primeira Guerra Mundial e, internamente, pela Primeira República. Constituiu um elemento de ligação entre diversos grupos de eruditos e historiadores oitocentistas e outros da segunda metade do século XX, tal como, por exemplo, António Baião igualmente foi.

Bibliografia activa: *Os Arquivos da História de Portugal no estrangeiro: da necessidade de estudar e inventariar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros os documentos relativos à História de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916 (Separata dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1ª série, tomo I); *Da importância dos documentos diplomáticos em História: estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos estrangeiros e nacionais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917 (Separata dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1ª série, t. II); *As Causas «Ideais» da Conflagração e a Função Pedagógica das Academias Científicas após a Guerra (Discurso, seguido de muitas notas justificativas)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918 (Separata dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1ª série, t. VI); *A Teoria da História e os Progressos da Historiografia Científica: a contribuição que para estes tem dado a publicação das colecções de inéditos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922; *A Academia das Ciências de Lisboa e o Movimento Filosófico, Científico e Económico da Segunda Metade do Século XVIII: a fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência*, Coimbra, Imprensa da

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Universidade, 1923 (separata do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa); *Curriculum Vitae: vida literária e oficial e bibliografia*, Lisboa, Tipografia Carmona, 1933; *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal: com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935; *Gama Barros e a sua obra: Portugueses Ilustres*, Lisboa, Oficina Ottosgráfica, 1935; *Reinado de D. Miguel: cerco do Porto, 1832-1833*, Lisboa, Tipografia Gráfica Santelmo, 1940; *O Prof. Joaquim de Carvalho e a sua Época: desde as reformas de ensino universitário do governo provisório, em 1911*, Figueira da Foz, s.n., 1960

Bibliografia passiva: Georges Le Gentil, “Le mouvement intellectuel en Portugal”, *Bulletin Hispanique (Annales de la Faculté des Letres de Bourdeaux et des Universités du Midi)*, 4ª série, vol. XXII, nº 1, Bordéus, Feret & Fils, Éditeurs, Janeiro-Março de 1920, pp. 108-114; Idem, “Bibliographie”, *Bulletin Hispanique (Annales de la Faculté des Letres de Bourdeaux et des Universités du Midi)*, 4ª série, vol. XXIX, nº 2, Bordéus, s. ed., Abril-Junho de 1927, pp. 228-232; Idem, *Revue Critique d'Histoire et Littérature*, Nouvelle Série, t. XCV, nº 1, Paris, Librairie Ernest Leroux, Janeiro de 1928, pp. 24-27; *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil continuados e ampliados por P.V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvares Brito*, t. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, pp. 266-269 e 535-536; *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, vol. XI, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, s.d., p. 144; Domingos Maurício, “Ferrão (António)”, *VELBEC (Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura)*, 8º vol., Lisboa, Editorial Verbo, 1969, pp. 624-625.

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

